

# Cidades-BRICS e o fenômeno urbano global

## BRICS-Cities and the global urban phenomenon

Pedro Claudio Cunha Bocayuva\*  
Sérgio Veloso dos Santos Júnior\*\*

### Resumo

Nas últimas décadas, os países e cidades dos BRICS têm se constituído cada vez mais como protagonistas no processo da globalização. Desde a realização de megaeventos esportivos, que transformam os BRICS em territórios atraentes para investimentos, até a constituição de centros de qualificação profissional e inovação tecnológica, as cidades dos BRICS vêm crescentemente aproximando-se de posições centrais no cenário global. Esse artigo tem como objetivo abordar a importância das cidades dos países BRICS a partir de uma categoria analítica única, que denominamos *cidades-BRICS*.

**Palavras-chave:** BRICS, globalização, megacidades, cidades-globais, cidades-BRICS

### Abstract

In the last decades, the countries and cities comprising the BRICS are becoming protagonists of globalization. From the realization of mega events, transforming the BRICS in attractive territories for investments, to the constitution of centres for professional qualification and technological innovation, the cities of BRICS are increasingly approaching more central position in the global scenario. The objective of this paper is to approach the importance of the cities of BRICS through a single analytical category, the *BRIC-cities*.

**Keywords:** BRICS, globalization, megacities, global-cities, BRICS-cities

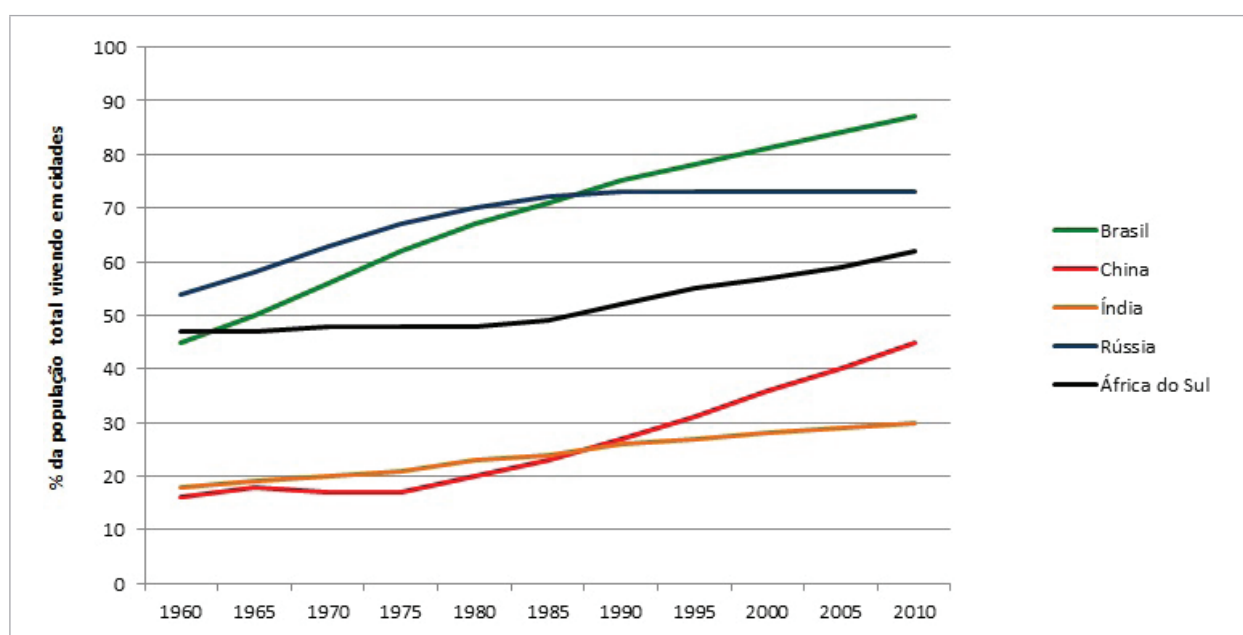
\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Puc-Rio e coordenador do núcleo de pesquisa em desenvolvimento urbano e sustentabilidade no BRICS Policy Center. E-mail: cunca@uol.com.br

\*\* Doutorando em relações internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Puc-Rio e pesquisador do núcleo de pesquisa em desenvolvimento urbano e sustentabilidade no BRICS Policy Center. E-mail: serg.vsjr@gmail.com

## Introdução

No século XXI, presenciamos o aprofundamento da revolução urbana. Como demonstra o (figura 1) uma percentagem cada vez maior da população global vive e crescentemente viverá em cidades. No centro desse cenário estão Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os BRICS. No que concernem esses cinco países, o fenômeno da intensificação econômica e social da cidade, da produção do espaço urbano pelo capital e pelo Estado, constitui-se como uma base sólida para o desenvolvimento socioeconômico que sustenta o crescente protagonismo que eles vêm desempenhando na atual conjuntura política e econômica internacional.

Figura 1 – Urbanização 1960-2010



Fonte: World Bank Databank (data.worldbank.org)

Essa rápida e extensa urbanização é síntese de um longo processo de desenvolvimento desigual centrado na concentração de capital em centros urbanos e, conseqüentemente, no êxodo rural. O resultado foi a formação de macrorregiões urbanizadas, de regiões metropolitanas e cidades-regiões, de redes de cidades médias e pequenas e a constituição de dezenas de *megacidades* na China e na Índia.

Além disso, tais processos convergiram para a formação de zonas e regiões urbanas integradas à redes de mercadoria, serviços, capitais e informações, essenciais para a manutenção da globalização, ou, em outras palavras, do capitalismo global. Pois, ainda que os territórios rurais e florestais sejam de extrema importância para a expansão das fronteiras do capital pelo globo, devido, entre outros fatores, às suas potencialidades na oferta de commodities, é nas cidades que a globalização se fundamenta. É nos territórios urbanos, nas redes de cidades, nas *megacidades* e *cidades-globais* que o capitalismo global encontra o conjunto de elementos necessários para seu gerenciamento (SASSEN, 2010; SOJA, 1993). A formação de redes de cidades integradas às dinâmicas capitalistas é, portanto, aspecto fundamental para a manutenção da globalização.

Nas últimas décadas, os países e cidades que compõem os BRICS têm se integrado e se constituído cada vez mais como protagonistas nos grandes movimentos que sustentam a globalização. Desde a realização de megaeventos esportivos, que transformam os BRICS em territórios atraentes para investimentos de todo o globo, até a constituição de centros de qualificação profissional e inovação tecnológica, que os situam como atores relevantes na produção e inovação tecnológica global, as cidades dos BRICS vêm crescentemente aproximando-se de posições centrais no cenário global.

Observar a forma como os BRICS se inserem na globalização remete, portanto, a uma identificação das características e funções dos processos de desenvolvimento sócio-espacial do tecido urbano. Assim, esse artigo, que se divide em seis seções, tem como objetivo argumentar que é possível abordar as cidades dos países BRICS a partir de uma categoria analítica única, que denominamos *cidades-BRICS*. Como argumentaremos adiante, há um conjunto de agendas e características comuns às principais *cidades-BRICS* que nos permite agrupá-las em uma única categoria analítica.

Para tal, antes de abordarmos diretamente a ideia de *cidades-BRICS*, analisaremos, na primeira seção, a relação que se estabelece entre cidades e Estados no âmbito da globalização, para, na segunda seção, aprofundar a compreensão acerca da função que as cidades desempenham na realização. Na terceira seção, apresentaremos as noções de *megacidade* e *cidade-global* a fim de, na quarta seção, apresentar, finalmente, a noção de *cidades-BRICS* como *megacidades* com atributos de *cidades-globais*. A combinação de características de *megacidades* com atributos de *cidades-globais*, em uma conjuntura econômica e política marcada pela transformação no rol dos principais atores que disputam e sustentam o cenário econômico e político global, confere às *cidades-BRICS* uma capacidade fundamental: situarem-se como vetores decisivos para a consolidação de novos protagonismos exercidos na globalização.

O objetivo da seção cinco é analisar até que ponto cidades como Shanghai e Rio de Janeiro podem ser analisadas a partir da categoria de *cidades-BRICS*. Nas considerações finais, sexta e última seção do artigo, argumentaremos que, para além de constituírem-se como pilares fundamentais para a sustentação do capitalismo global, as *cidades-BRICS* são arenas para que os próprios BRICS consolidem-se como um bloco e não somente como um conjunto de atores que caminham para maior protagonismo e centralidade no cenário internacional.

## 1. Estados, cidades e novas escalas hierárquicas

O amplo processo que hoje entendemos como globalização diz respeito a fenômenos de hiper mobilidade, tanto física quanto virtual, que sustentam fluxos de mercadoria, serviços, pessoas e dinheiro por todo o globo (HARVEY, 2005a; 2008; SASSEN, 2010). O padrão que organiza e centraliza as dinâmicas políticas e econômicas que possibilitam esse processo encontra-se, segundo David Harvey (2004; 2008), enraizado nas políticas liberalizantes constituídas no âmbito do Consenso de Washington, na década de 80 do século XX. Consequências dessas políticas foram, entre outras, o desmantelamento de medidas de bem-estar social de cunho *keynesiano*, que limitavam e regulavam a mobilidade do capital, e a abertura de setores públicos às dinâmicas do mercado internacional.

A propagação das dinâmicas e políticas liberais por todo o globo e, conseqüentemente, da globalização, enseja diversos tipos de interpretações e análises acerca de como o território e o Estado são impactados por esse processo. Segundo Jan Aart Scholte (2002; 2005), as características definidoras da globalização seriam a *obsolescência do território*, consequência do fato de o globo ter se tornado uma escala espacial única e acima de todas as outras, fato esse que sustenta o caráter supra-territorial da globalização, e o *eclipse do Estado* como centro de autoridade soberana sobre o território.

Tal interpretação desacredita a agência de atores que se articulam e organizam com base no território e a autoridade formal do Estado, pois entende que a hiper mobilidade de fluxos que cruzam o planeta possibilita que obstáculos e restrições próprias do território ou da atuação estatal sejam facilmente ultrapassados. A partir dessa perspectiva, atores nacionais, regionais ou locais só seriam capazes de exercer algum tipo de agência se conseguissem se articular na escala global.

Em contraste, Saskia Sassen (2001; 2008; 2010) propõe que o processo da globalização seja abordado pela perspectiva das escalas locais. Ou seja, o espaço, o lugar, o território e a cidade seriam elementos cruciais para a compreensão da globalização como um fenômeno que instaura uma *nova geografia* e uma *nova escala hierárquica*. Segundo Sassen,

Estudar o global acarreta um foco não apenas naquilo que é explicitamente global em escala, mas também em práticas e condições de escala local que são articuladas com a dinâmica global. (SASSEN, 2010, p. 20)

Assim, em contraste com posições analíticas que afirmam que tanto o território quanto o Estado são eclipsados pela globalização, o principal desafio da perspectiva analítica elaborada por Saskia Sassen é “recuperar a multiplicidade de presenças nessa paisagem” (SASSEN, 2010, p. 91), buscando, assim, compreender que novas formas de articulações de poder e escalas hierárquicas emergem dessa *nova geografia*.

É inegável, todavia, que o advento da globalização significou mudanças profundas na forma como os Estados exercem poder sobre o território e na forma como as relações e dinâmicas sociais acontecem nas escalas locais e regionais. No contexto da globalização, o conjunto de políticas neoliberal, que padroniza as dinâmicas capitalistas, impõe novas pressões ao espaço e poder nacional, forçando o Estado a se reinventar. A autoridade formal, exclusiva e soberana dos Estados sobre o território nacional é trincada, o que gera um novo conjunto de desafios para a manutenção das atribuições estatais tradicionais de contenção de processos sociais, planejamento e gestão.

Ainda segundo a proposição de Sassen (2010), essa perda do poder nacional pressiona para que políticas públicas nacionais sejam conduzidas e centradas no nível regional ou municipal. Mesmo que tenham o seu poder soberano colocado em xeque, em função de políticas liberais que visam diminuir barreiras para o fluxo global de capital, os Estados encontram nas cidades e nas redes de cidades espaços estratégicos para o exercício de seu poder efetivo através de investimentos e políticas públicas.

Por esse ponto de vista, portanto, a relação entre o global e o território, ou seja, entre a escala global e local, não implica, como argumenta Scholte (2002; 2005), a *obsolescência do território* ou o *eclipse da autoridade estatal*. Pelo contrário, a globalização, ao trincar a autoridade

formal do Estado, forçando-o a reinventar-se, faz com que as escalas local, regional e subnacional emerjam como espaços nos quais o Estado pode reestabelecer, de certa forma, suas atribuições e poderes tradicionais de contenção e planejamento social. Na *nova geografia* (SASSEN, 2010) da globalização, a relação entre os poderes nacional, regional e municipal acontece sobre uma nova escala hierárquica, que situa as cidades e redes de cidades, como um lugar mais concreto para o exercício e aplicação de políticas públicas.

Nesse novo contexto, para que os Estados possam afirmar suas atribuições tradicionais a partir de políticas públicas aplicadas nas cidades, faz-se necessária certa articulação de interesses e demandas entre as instâncias de poder nacional, regional e municipal. Dessa forma, as transformações sociais e políticas que sustentam o processo da globalização, ainda que não signifiquem o eclipse do território ou do Estado, instauram um cenário no qual as relações entre centros de autoridade globais, nacionais, regionais e municipais se dão em um patamar de complexidade mais elevado, demandando maior esforço de articulação e negociação e estratégias compartilhadas.

## 2. A importância das cidades na realização da globalização

Ao mesmo tempo em que a relação entre cidade e Estado é central para a necessidade estatal de reinventar suas atribuições e poderes tradicionais, as cidades veem nessa relação uma possibilidade de realizar suas aspirações de potencializar sua capacidade de produção e de atração e acúmulo de capital. Ao estabelecer um cenário de articulação de interesses, planejamentos e estratégias com o Estado, as cidades passam a receber investimentos estatais que visam a melhoria de suas infraestruturas, possibilitando o melhoramento da qualidade de vida de seus cidadãos ao mesmo tempo em que tornam seus territórios urbanos mais atrativos para receber fluxos de capital privado de outras partes do globo.

Ao se afirmarem como espaços concretos para o exercício de políticas públicas (SASSEN, 2008; 2010), os territórios urbanos retomam sua posição central na consolidação de processos sociais, políticos e econômicos, assumindo novas funções e importância fundamentais para o processo de expansão do capitalismo global. Nessa seção apontaremos três razões para situarmos os territórios urbanos como elementos fundamentais para a realização da globalização.

Em primeiro lugar, ao longo do processo de expansão do capitalismo por todo o globo, os territórios urbanos progressivamente substituíram as fábricas como espaço concreto para produção. Segundo Henri Lefebvre (1976), processos de desenvolvimento e crescimento urbano constituem-se como metáforas da espacialização da modernidade e do planejamento estratégico da vida cotidiana urbana, cujos objetivos seriam o êxito das relações voltadas para a produção. O capitalismo teria sua sobrevivência assegurada pelo estabelecimento de espacialidades cada vez mais instrumentais e especializadas. Nesse contexto, as cidades seriam, então, aglomerações especializadas de concentração de capital, tanto fixo quanto móvel, assim como espaços de reserva da mão-de-obra necessária para a consolidação de um cenário produtivo, tanto de manufaturas quanto de prestação de serviços.

A *revolução urbana*, como definida por Lefebvre (1970), denota um conjunto de transformações que atravessam toda a sociedade contemporânea e promovem um deslocamento

de uma configuração sociogeográfica, na qual predominam as questões de crescimento econômico a partir de processos de industrialização, para outra, marcada pela centralidade da vida cotidiana na cidade na definição de processos de desenvolvimento econômico. Segundo David Harvey (1973), ao comentar e criticar a argumentação de Lefebvre (1970), a industrialização, que um dia foi produtora do urbanismo, é, no atual contexto de expansão do capitalismo global, produzida por ele.

De forma complementar ao argumento de Lefebvre de que o capitalismo assegura sua sobrevivência por meio de espaços instrumentalizados e especializados, David Harvey (2005a) sustenta que o capitalismo mantém-se vivo, também, por meio da construção de infraestruturas sociais e físicas que visam potencializar e dar continuidade a circulação do capital no espaço. A continuidade da circulação de capital, por sua vez, sustenta-se na expansão da capacidade de escoamento e absorção de mercadorias, ou seja, no tamanho e potencial dos mercados consumidores, o que nos conduz a segunda razão para a importância fundamental das cidades para a globalização.

Os territórios urbanos, ao serem espaços que, de maneira geral, concentram investimentos e pessoas com certo poder aquisitivo, apresentam-se como importantes mercados para a absorção e circulação da produção global. Dentro do padrão liberal que regula a globalização (HARVEY, 2008), há certa hegemonia de uma lógica operacional que situa como essencial a capacidade competitiva dos territórios dentro da divisão internacional do trabalho. Nesse cenário, as cidades podem, portanto, buscar melhorar sua posição através de investimentos na instrumentalidade e especialização de seu território para potencializar sua capacidade produtiva, mas também podem buscar aumento de competitividade através de investimentos que potencializem sua capacidade de consumo (HARVEY, 2005b).

O ponto central seria, portanto, atrair investimentos que possibilitassem o aumento do consumo de massa. Assim, tanto para potencializar sua capacidade produtiva, quanto alcance de seu mercado interno de consumo de massa, as cidades tem de se mostrar como lugares inovadores, estimulantes, criativos e seguros para viver ou visitar, para diversão ou consumo. A reconstrução de regiões urbanas degradadas e esquecidas, a inovação cultural e a melhoria das infraestruturas urbanas de mobilidade e de moradia passam a ser, então, objetivos estratégicos fundamentais para a participação das cidades na globalização.

Há, ainda, uma terceira razão para situarmos as cidades e os territórios urbanos como espaços fundamentais para a realização da globalização. Além de seus atributos como território produtivo, que possibilita processos de produção e oferta de serviços, e de sua capacidade de acumulação, escoamento e circulação de mercadorias e serviços, as cidades e territórios urbanos podem se destacar pelo papel distinto que ocupam como ponto de controle e gerenciamento das dinâmicas capitalistas (SASSEN, 2010; SOJA, 1993). Segundo Edward Soja (1993),

As cidades são aglomerações nodais especializadas, construídas em torno da instrumental 'disponibilidade de presença' do poder social. Elas são centros de controle, cidades concebidas para proteger e dominar, através do que Foucault denominou de 'pequenas táticas do habitat', mediante uma geografia sutil de recintos fechados, confinamento, vigilância, compartimentalização, disciplina social e diferenciação espacial. (SOJA, 1993, p. 186)

Ao constituírem-se como espaços concentradores das estruturas de gerenciamento, acarretando num agrupamento de profissionais qualificados, que desempenham as funções de chefia e controle das corporações, instituições, organizações e empresas centrais para a globalização, as cidades passam, também, a concentrar dispositivos de controle e disciplina. Assim, tornam-se espaços de armazenamento de recursos administrativos em torno dos quais a globalização se constrói.

Devido aos processos de crescimento e desenvolvimento urbano, os territórios urbanos se tornaram espaços onde grandes tendências macrossociais se materializam, onde há grande acúmulo de pessoas e capital, seja fixo ou móvel, onde as instituições de governo se concentram e as instâncias gerenciais de grandes empresas globais também se fazem presente. Por essas razões, as cidades, de maneira geral, constituem-se como espaços nos quais a globalização encontra possibilidade de se realizar ao mesmo tempo em que os Estados encontram margem de manobra para reinventar suas atribuições e poderes tradicionais.

### 3. Megacidades e Cidades-Globais

Nas seções anteriores buscamos demonstrar que possibilidades e potencialidades as cidades e os territórios urbanos oferecem para a realização da globalização. A partir desse ponto do texto nos voltamos para a análise de como os BRICS e suas cidades se inserem na globalização. Entendemos que é possível, devido ao conjunto de características e fenômenos semelhantes que atravessam a maioria das principais cidades dos países BRICS, analisar a forma como as cidades dos países BRICS se inserem na globalização por meio de uma categoria analítica única, que denominamos *cidades-BRICS*.

Para construirmos nosso argumento é importante, antes, situar as *cidades-BRICS* em relação a outras categorias analíticas que nos permite abordar e analisar processos de desenvolvimento urbano, como *megacidades* (UN HABITAT, 2008; BUGLIARELLO, 1999; VAN DER PLOEG e POELHEKKE, 2008) e *cidades-globais* (HALL, 1984; SASSEN, 2001). O ponto que buscaremos defender é que as *cidades-BRICS* aproximam-se da noção de *megacidade*, mas que vêm crescentemente assumindo funções de *cidades-globais*.

O intenso e rápido crescimento urbano nos países em desenvolvimento, em especial nos BRICS, implicara o aparecimento de várias *megacidades* em diversas regiões do globo. Segundo definição oficial das Nações Unidas (UN HABITAT, 2008), *megacidade* é determinada em termos populacionais, referindo-se a centros urbanos de alta densidade demográfica cuja população ultrapassa os 10 milhões de habitantes<sup>1</sup>. No entanto, essa definição é claramente arbitrária, já que diversas cidades que apresentam características de *megacidades*, como Johannesburgo, por exemplo, não poderiam ser categorizadas como tal. Por essa razão, alguns autores, como Bugliarello (1999) e Van Der Ploeg e Poelhekke (2008), entendem ser mais apropriado definir *megacidades* a partir do conjunto de características e fenômenos comuns a elas.

1 Dentre as 19 cidades no mundo que se enquadram nesta categoria, oito estão localizadas nos países BRICS. São elas: São Paulo (18,845), Mumbai (19,978), Délhi (15,926), Shanghai (14,987), Kolkata (14,787), Rio de Janeiro (11,748), Pequim (11,106) e Moscou (10,452).



Segundo Bugliarello (1999), *megacidade* é um fenômeno primariamente de países em desenvolvimento, que remete a processos de precarização e concentração e crescimento demográfico exacerbado em territórios urbanos de desenvolvimento espontâneo e não planejado. Devido a essas características, *megacidades* seriam aglomerados urbanos ávidos por investimentos, internos ou externos, que propiciassem e melhorassem suas condições de infraestruturas urbanas e criassem postos de trabalho que pudessem assimilar sua população, possibilitando a redução da pobreza e mobilidade social.

Por sua vez, ainda que indiquem que as altas taxas de crescimento demográfico seja uma característica importante para a definição de *megacidade*, Van Der Ploeg e Polhekke (2008) entendem que essa variável é somente uma das que definem uma *megacidade*. Segundo os autores, as altas taxas de crescimento populacional nas *megacidades* são decorrência do processo da globalização que pressionam por movimentos migratórios em larga escala em direção a centros urbanos. Sendo assim, a inserção na globalização é uma variável fundamental para a definição do termo. *Megacidades* seriam, portanto, grandes aglomerações urbanas impactadas frontalmente pela expansão das dinâmicas que sustentam a globalização.

A relação entre globalização e *megacidades* desvenda outras importantes variáveis. *Megacidades*, por caracterizarem-se como aglomerados populacionais e apresentarem diversos pontos de precariedade, constituem-se como oportunidades para o crescimento dos mercados internos de seus países e como reservas de pessoas ávidas por trabalho e melhores condições de vida. Ou seja, *megacidades* apresentam-se como territórios urbanos com grande potencialidade tanto para produzir, quanto para consumir, constituindo-se como oportunidades de negócios e investimentos para investidores tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Nas *megacidades*, portanto, precariedades tornam-se sinônimos de oportunidades de investimentos.

Além disso, na *megacidade* existe um conjunto de modos de produção e práticas sociais que definem usos e relações do espaço marcadas pela diversidade. Isso significa que inúmeras agendas, processos e ritmos acompanham as formas sociais na sua relação com a diversidade de contextos ligados ao processo de acumulação capitalista, bem como às resiliências dos modos de vida inscritos nas práticas cotidianas da grande maioria da população. Simultaneidades, complexidades e diversidades fazem parte de um tecido urbano difuso constituído em uma paisagem que é um grande mosaico de formas sociais e de contextos que combinam o capitalismo avançado e globalizado, com precariedades e necessidades imediatas de melhoria na infraestrutura e na qualidade de vida de boa parte de sua população.

Por sua vez, *ciudades-globais* são, segundo Peter Hall (1984), centros de poder político e de organização governamental, assim como centros internacionais de comércio, funcionando como entrepostos para seus países e, às vezes, para países vizinhos. Por essa perspectiva, *ciudades-globais* caracterizam-se como centros de atividade profissional avançada, de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, de acúmulo e difusão de informação e de consumo.

Na mesma linha de raciocínio, Saskia Sassen define cidade-global como

cities for servicing and financing of international trade, investment, and headquarters operations – wherever these might be located. That is to say, the multiplicity of specialized activities in global cities are crucial in the valorization, indeed overvalorization, of leading



sectors of capital today. And in this sense they are strategic production sites for today's leading economic sectors. (SASSEN, 2001, p. 87)

Por ambas definições, *cidade-global* pode ser entendida como uma categoria analítica apropriada para a análise de territórios urbanos que concentram a maior parte dos centros de autoridade e gerenciamento que, por sua vez, organizam e oferecem ao resto do globo certa racionalidade de controle e disciplina. Essas cidades são pontos de sustentação intelectual do poder disciplinador que mantém a lógica e as dinâmicas de produção capitalista em pé.

Se traçarmos um paralelo entre ambas as definições de *cidade-global* acima com as análises de Stephen Gill (2000) acerca da constituição do capitalismo global, é possível argumentar que essas cidades concentram os centros operacionais do *novo constitucionalismo disciplinar neoliberal* (GILL, 2000). São em *cidades-globais* como Londres, Nova Iorque ou Paris, que paradigmas liberais de governança, que desafiam as atribuições e poderes tradicionais dos Estados nacionais, são cunhados e traduzidos para outras regiões do mundo.

*Cidades-globais* são, portanto, espaços concretos onde são elaboradas e concretizadas políticas que constroem e expandem a lógica de mercado liberal. Tais políticas, que emergem da separação artificial entre política e economia, entre Estado e Sociedade Civil, acarretam na derrota de medidas que visam regular os fluxos de capital global. A consequência direta dessas medidas para as próprias *cidades-globais* – refletindo também na forma como as *megacidades* procuram se articular frente os imperativos da globalização – é a transformação do espaço urbano em um território altamente produtivo, que, nos termos de Lefebvre (1976), viria a substituir a fábrica como centro de produção.

Exemplo de *cidade-global*, Nova Iorque foi um importante laboratório para os processos sociais e políticos, ocorridos ao longo das últimas décadas do século XX, que modificaram as bases das políticas de classe, das formas de acumulação e redefiniram a função do Estado. Por meio de políticas do chamado *city-marketing* e de processo de tolerância zero, essa cidade tornou-se espaço concreto para redefinir estratégias que a transformassem em um território funcional para o novo ciclo de acumulação capitalista. O controle social da população, a utilização da máquina do Estado e a construção de um conjunto de elementos imagéticos, se traduziu na experiência de glamourização e centralidade do espaço urbano como objeto passível de absorção e alongamento do investimento.

Se Nova Iorque indicou um caminho para uma gestão urbana que convertia a cidade em um território produtivo e articulado com as demandas da globalização, foi, todavia, com a experiência de Barcelona para a realização dos jogos olímpicos que se concretizou uma operação complexa de articulação de interesses, de políticas públicas e de constituição do mercado que tornaram o espaço urbano território de articulação entre o nacional e o global para fins produtivos (BORJA e CASTELLS, 2004). As experiências de Barcelona expandiram a agenda da cidade como território produtivo traduzindo-a como um objetivo para *megacidades* de países em desenvolvimento. Tais experiências foram absorvidas, sintetizadas e redefinidas de maneira contraditória para as periferias em agendas ligadas a segurança pública, a urbanização e saneamento e construção de espaços e infraestruturas para a classe média e o capital, de forma a adequar o território dessas cidades às demandas por maior terreno para produção e maior mercados para absorção de mercadorias e serviços.

*Megacidades e cidades-globais* surgem, então, como categorias que se complementam como instrumentos de análise centrais para a compreensão da forma como o processo de expansão do capitalismo global se relaciona com a maneira como as cidades são geridas e transformadas. Apresentada como uma categoria que remete tanto a *megacidades* quanto a *cidades-globais*, a noção de *cidade-BRICS* busca expressar a forma específica como os BRICS se inserem na agenda da transformação produtiva da globalização e seu poder de transformá-la a partir da maneira como seus territórios urbanos são articulados.

#### 4. Cidades-BRICS

O centro de nosso argumento é que as *cidades-BRICS* são *megacidades* com atributos de *cidades-globais* e, devido a essa combinação, situam-se como vetores decisivos para a consolidação de novos protagonismos exercidos na globalização.

Cidades como Rio de Janeiro, Johannesburgo, Nova Délhi, Shanghai ou Moscou não se encaixam exclusivamente em uma ou outra das definições acima de *megacidade* ou *cidade-global*. Não são centros gerenciais consolidados das dinâmicas e relações capitalistas globais, assim como não são territórios urbanos simplesmente adequados aos imperativos e demandas de produção e consumo capitalista. A noção de *cidades-BRICS* busca exprimir a existência de certa personalidade própria na forma como elas inserem a si mesmo e seus países na globalização.

Se buscarmos analisar as definições de *megacidade* e *cidade-global* a partir das três razões para a importância das cidades na globalização, percebemos que a categoria de *megacidades* se encaixa perfeitamente nas duas primeiras razões apontadas na segunda seção desse artigo. *Megacidades* seriam territórios urbanos com alto potencial produtivo e de consumo. Para concretizar esse potencial, elas se inserem de forma periférica na globalização, adequando seu território para a instalação de estruturas que possibilitam que fluxos globais de capital passem pelo seu território, aumentando sua capacidade competitiva. Já *cidades-globais* se encaixariam na terceira razão. Ao constituírem-se como centros gerenciais, assumem posição central e desempenham funções protagonistas na consolidação das lógicas e paradigmas que sustentam o capitalismo global.

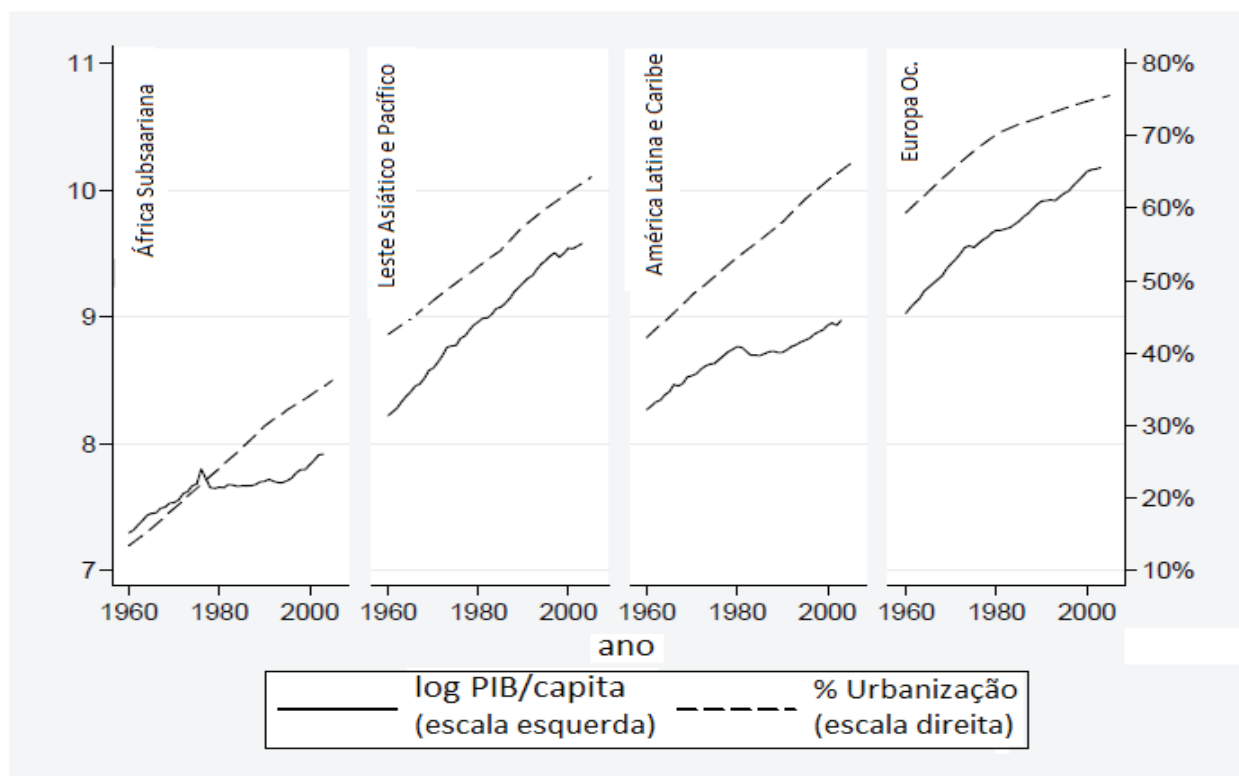
No caso das *cidades-BRICS*, o ponto não é somente adequar seu território para a instalação de estruturas que atraiam capital e converter seu território urbano em plataformas de maior competitividade. O ponto é fazer com que essa competitividade e capital instalado em seu território permita a elas e aos seus países transformarem-se em protagonistas no processo de expansão global do capitalismo. Os BRICS se concretizam cada vez mais como protagonistas no cenário global devido à forma como suas *cidades-BRICS* convertem seus territórios urbanos em espaços concretos para a produção de novas lideranças. Mais do que territórios competitivos, as *cidades-BRICS* são territórios produtores de novos protagonismos.

Na conjuntura das últimas décadas do século XX, quando transformações sociais e políticas ensejadas pelo paradigma neoliberal eram replicadas automaticamente em países endividados, os BRICS situavam-se como atores periféricos, com pouco ou nenhum poder de barganha no cenário capitalista neoliberal. No atual contexto, todavia, os BRICS situam-se como pilares para

a manutenção das dinâmicas de produção e circulação de mercadorias e serviços que sustentam o capitalismo. Assim, os países BRICS se apresentam como espaços atraentes para que países menos poderosos possam deixar de mimetizar as demandas de atores tradicionalmente mais fortes, como os Estados Unidos e Inglaterra, e escolherem caminhos mais convergentes com sua própria realidade de países em desenvolvimento (RAMAMURTI e SINGH, 2009).

Esse novo contexto de protagonismo dos BRICS no cenário internacional se concretiza devido ao poder regional que exercem e ao fato das economias desenvolvidas encontrarem-se em situações de crises extremas, não tendo condição de, sozinhas, lidarem com as contradições cíclicas do sistema capitalista. No entanto, há ainda dois fatores que se sobrepõem aos apontados acima: a pujança do crescimento econômico, que acompanha a curva do crescimento e desenvolvimento de seus territórios urbanos (figura 2); o quadro de articulação de interesses entre os poderes nacionais, regionais e municipais, que fortalecem tanto os Estados quando as *cidades-BRICS*.

Figura 2 – Urbanização e crescimento



Fonte: Nações Unidas (2006) e PWT6.2, Penn World Table (2005)

Ao se estabelecer um cenário de articulação de interesses e criação de estratégias e planejamentos compartilhados, que convergem as aspirações nacionais e a busca das cidades por maiores investimentos, os países BRICS veem aumentada sua capacidade de ascender como protagonistas essenciais para a sobrevivência do capitalismo global.

É por essas razões que as *cidades-BRICS* tornam-se vetores diretos de transformação do quadro de protagonismos no cenário internacional, pois, ao promoverem processos amplos de mobilidade social, investimentos em inovações tecnológicas e ao aumentarem o número de profissionais qualificados, melhoram sua posição na divisão internacional da produção. Assim,

as *ciudades-BRICS*, ainda que tenham de lidar com dilemas oriundos de sua condição como *megacidades*, passam a se constituir como pontos nodais importantes e essenciais para as redes de *ciudades-globais*, que comandam e gerenciam a globalização.

Essa especificidade das *ciudades-BRICS* advém da existência de uma tríplice agenda comum a maioria das cidades e redes de cidades dos países BRICS, que possibilita, ao mesmo tempo, os altos índices de mobilidade social, qualificação profissional, melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, a projeção dos BRICS como atores fundamentais para o contínuo processo de expansão global do capitalismo. Essa tripla agenda diz respeito:

1. à *atratividade de capital*, que se relaciona diretamente com a quantidade de megaeventos que os países BRICS vem recebendo na última década e com processos de *city-marketing*;
2. à *mobilidade social*, que remete a processos de *gentrificação* e de qualificação profissional;
3. ao *direito à cidade*, sustentada pela constante pressão dos pobres e precarizados que migram para territórios urbanos em busca de melhores condições de vida.

A agenda a *atratividade de capital* se pauta na nova divisão internacional do trabalho e na acumulação flexível de capital, que aprofundam a reestruturação do sistema capitalista. Sua tradução no plano da vida urbana exige uma gigantesca reestruturação espacial, que visa a adequação do espaço urbano ao paradigma de governança neoliberal, a partir da inserção da racionalidade administrativa privada no exercício do poder estatal (HARVEY, 2008). Por meio das dinâmicas de governança, o público e o privado caminham juntos na constituição de transformações que aumentem a intensidade do fluxo de capital atravessando o território urbano.

Por isso, um recorte específico e uma característica destacada das *ciudades-BRICS* é que a operação de transferência realizada pelas administrações locais para forças do capital privado, como ocorreu em Nova Iorque, são agora sintetizadas em um modelo de gestão pública estratégica, que segue, também, as pegadas da experiência de Barcelona e se mantém acompanhando grandes experiências de inovação urbana.

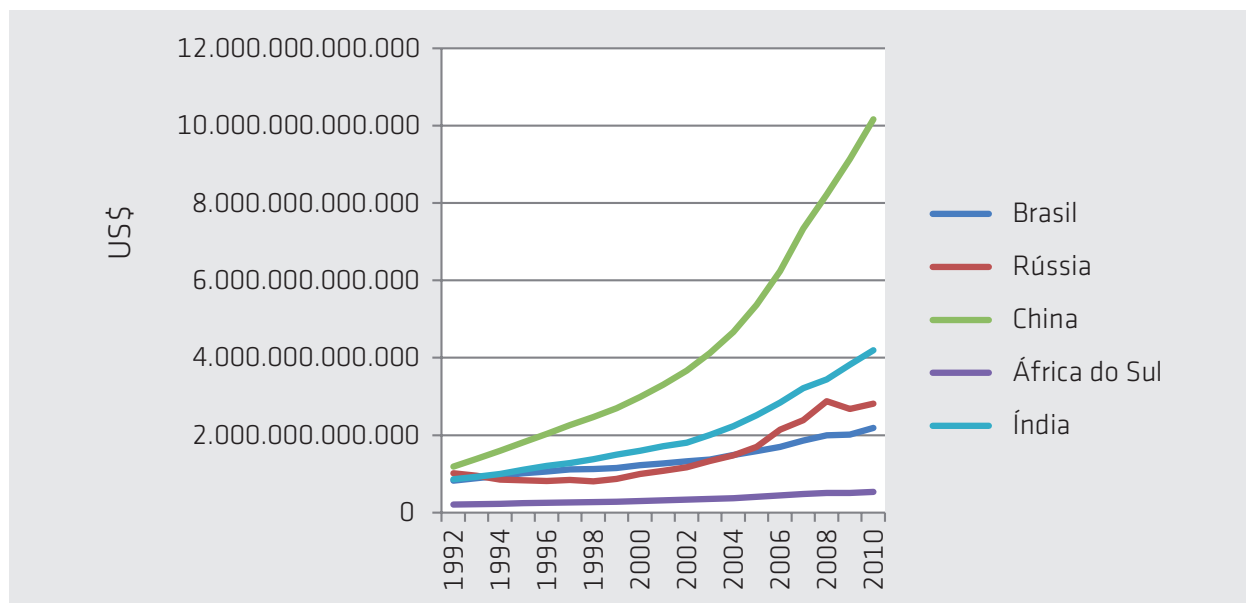
O fato é que o *city-marketing* se tornou um objetivo e um compromisso das administrações locais, transformando os governantes municipais em agentes de uma construção imagética, incentivadores e articuladoras de novas redes de negócios. Além disso, cria na esfera da opinião e da sociedade civil, incluindo a universidade, uma vasta rede de apoio e sustentação para a produção de um consenso urbano, que sustenta a convenção capitalista e orienta a dinâmica da acumulação a partir da legitimação do uso do recurso público para construir gigantescas infraestruturas e assegurar as dinâmicas jurídicas adequadas para o capitalismo global.

A agenda de promoção de megaeventos se inscreve nesse contexto de esforços por maior atração de investimentos. Pois, por se tratarem, como os Jogos Olímpicos ou a Rio+20, de eventos que mobilizam pessoas de diversas regiões do globo a se deslocarem para uma mesma cidade, demanda uma preparação de infraestruturas que se constitui como oportunidades de investimento concretas.

Nas últimas décadas, os países BRICS vêm apresentando altas taxas de crescimento econômico (figura 3) e de incremento da classe média (figura 4), que sustenta o fenômeno de *gentrificação*. Gregory et al. (2009) definem *gentrificação* como,

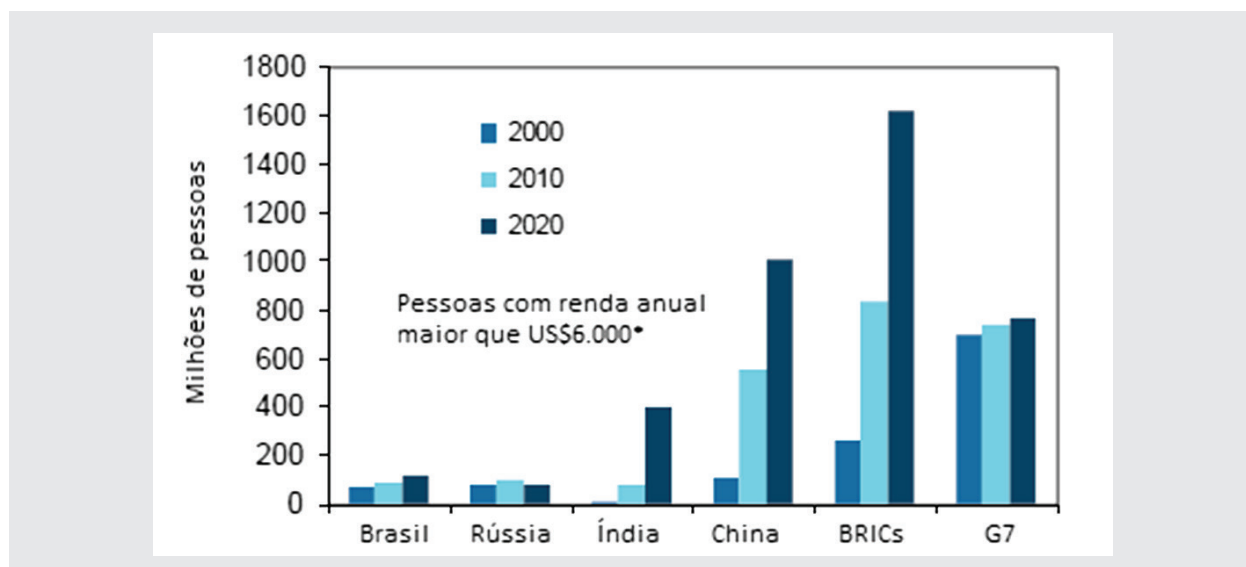
Middle-Class settlement in renovated or redeveloped properties in older, inner-city districts formerly occupied by a lower-income population. The process was first named by Ruth Glass, as she observed the arrival of the 'gentry' and the accompanying social transition of several districts in central London in the early 1960s. A decade later, broader recognition of gentrification followed in large cities such as London, San Francisco, New York, Boston, Toronto and Sydney undergoing occupational transition from an industrial to a post industrial economy. But more recently gentrification has been identified more widely in Southern and Eastern Europe and also in some major centres in Asia and Latin America. (GREGORY e ET AL., 2009, p. 273)

Figura 3 – PIB dos BRICS (PPP): 1992-2010



Fonte: World Bank Databank (data.worldbank.org)

Figura 4 – Número de pessoas nos BRICs que entrarão na Classe Média até 2020



\* Classe média constitui aqui a parcela da população com renda anual superior a US\$6.000 e inferior a US\$30.000

Fonte: Goldman Sachs

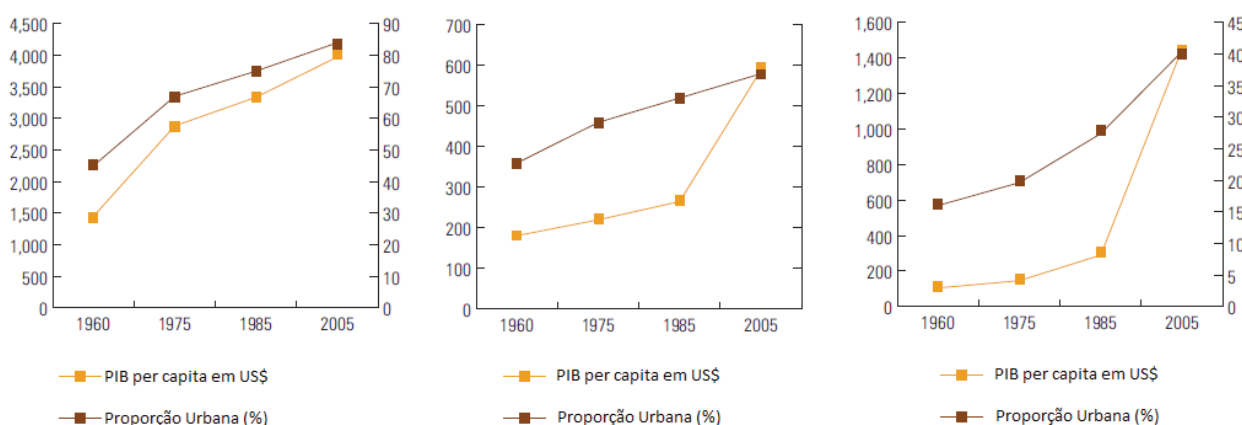
Esse cenário indica um processo em curso de *mobilidade social*, que pode ser medido, dentre outras variáveis, pelo aumento do poder aquisitivo de sua população (quadro 1). O rápido crescimento econômico e demográfico de Brasil, China e Índia, por exemplo, deverão dar origem a uma classe média de proporções gigantescas concentradas nos territórios urbanos (figura 5). Os gráficos abaixo, desenvolvidos pelo Goldman Sachs antes da entrada oficial da África do Sul como membro dos BRICS, mostram como o aumento da população de classe média dos países BRICS está previsto para ultrapassar o tamanho das classe médias das economias desenvolvidas do G7 nas próximas décadas.

**Quadro 1 – Participação do bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China no total da demanda mundial**

Os BRIC Consomem	
Algodão	57%
Trigo	36%
Carne Bovina	35%
Aço	32%
Geladeiras	21%
Celulares	20%
Petróleo	18%
Alimentos	18%
Computadores	17%
Vestuário	14%
Automóveis	11%

Fontes: Euro monitor, International Iron and Steel Industry, IDC, Mittal Steel, Forrester Research, Teleco, Datamonitor, Goldman Sachs – Revista Exame

**Figura 5 – Brasil, Índia e China – Crescimento Econômico e Urbanização**



Fonte: UN Habitat – State of World's Cities 2010-2011

Na sociedade *gentrificada*, o mundo do automóvel, do espetáculo, do entretenimento industrializado e do consumo de bens duráveis se amplia a partir da expansão dos sistemas de crédito e das políticas desenvolvimentistas que propiciam que um número cada vez maior de pessoas se insira numa versão atualizada da vida moderna.

No entanto, *mobilidade social* não se limita somente ao aumento do poder aquisitivo e ao incremento da classe média. Diz respeito, também, ao aumento de condições de qualificação profissional, que possibilitam que funções baseadas em inovações tecnológicas, com empregos mais especializados e complexos, possam ser exercidas, melhorando sua posição na divisão internacional da produção. Exemplo disso são os investimentos indianos na construção de centros de produção tecnológica, como a Hi-Tech City na região de Hyderabad, assim como o distrito de Kunshan, em Shanghai, na China, ou a rede de instituições de pesquisa em inovação tecnológica na extração de petróleo no Rio de Janeiro, Brasil, que permite que a cidade não seja somente produtora de petróleo, mas sim da tecnologia para se extrair óleo.

Já a agenda do *direito à cidade* (LEFREBVRE, 2001) se constrói na afirmação de programas que visam transformar todos os lugares em centro, dotados de políticas públicas, infraestruturas e qualidade de vida para uma quantidade cada vez maior da população. Dessa forma, a precarização e a informalização, características das *megacidades* que atravessam as *ciudades-BRICS*, se constituem como alvos de um amplo conjunto de transformações voltadas para o território das periferias e favelas por meio da construção de moradias populares, da urbanização planejada e inclusiva e de estratégias que visam aumentar o crédito popular.

O incremento da migração para os territórios urbanos aumenta a quantidade de conflitos urbanos por território, por direitos civis e por melhores condições de vida. Esse cenário pressiona os poderes municipais, regionais e nacionais para que a agenda da *atratividade de capital* seja também voltada para o desafio de superar quadros sociais de desigualdade, precarização e informalização. Dessa forma, a agenda da *mobilidade social* converge com a do *direito à cidade* completando um quadro de redução da pobreza e melhora da qualidade de vida que não se mede somente pelo crescimento do poder de compra ou do acesso ao crédito, mas também pela diminuição das desigualdades e assimetrias no território urbano.

Assim, a partir dessa tríplice agenda podemos apontar algumas características fundamentais das *ciudades-BRICS*. São elas:

1. desenvolvimento urbano recente, em curso acelerado e de alta complexidade, que geram problemas sociais e disponibilidade de força de trabalho barata;
2. concentração de setores de modernização empresarial e tecnológica em escala razoável, o que situa as *ciudades-BRICS* como centros gerenciais capazes de disputar o protagonismo da globalização com *ciudades-globais* tradicionais;
3. economia dirigida, planejada ou com forte intervenção do Estado, fruto de articulação de interesses, o que, de certa forma, as separa da noção de *megacidades*;
4. promoção de atratividade a partir do aquecimento das atividades culturais, esportivas e de geração de inovação científica e tecnológica;
5. adotam políticas de atração de novos capitais para transformação urbana em alta escala a partir da parceria público/privada;
6. são centros regionais fundamentais para a projeção dos interesses e aspirações nacionais no cenário internacional.



## 5. Shanghai e Rio de Janeiro, cidades-BRICS?

Observando as *cidades-BRICS*, o argumento de que, na globalização, as cidades catalisam novas possibilidades para os poderes e interesses estatais (SASSEN, 2010), ao mesmo tempo em que se consolidam como espaços para a realização da globalização, fica ainda mais claro. Pois é através da articulação de interesses e de estratégias compartilhadas, que permite que políticas públicas e investimentos estatais sejam conduzidos no tecido urbano, somados ainda a injeção de recursos financeiros privados, que os países BRICS conseguem manter firme sua capacidade produtiva, sustentar seus mercados internos e converter suas cidades em territórios centrais para a elaboração, controle e gerenciamento do conjunto de políticas que constituem o capitalismo global.

Na história recente dos cinco países BRICS essa convergência entre aspirações nacionais e estratégias de desenvolvimento e crescimento do tecido urbano fica bastante clara. A forma como a cidade de Shanghai, e a rede de cidades chinesas constituída ao redor dela, se posiciona, por exemplo, na pujança do crescimento econômico chinês é sintomática dessa articulação de interesses entre território urbano e aspirações nacionais.

Como demonstra relatório desenvolvido pelo *Urban Age* (2005), durante boa parte do século XX o desenvolvimento de Shanghai esteve congelado. Foi somente com a introdução da economia de mercado na China, no fim dos anos 1980, que a cidade de Shanghai e sua região foram atravessados por estratégias e planejamentos que acarretaram na cidade rica e bem integrada dos dias de hoje. A decisão nacional de abrir sua economia progressivamente para o mercado internacional no início da década de 1990, significou uma oportunidade para a modernização e desenvolvimento da cidade. O objetivo, tanto do governo central da nação chinesa, quanto da administração municipal da cidade de Shanghai, era, e ainda é, transformar a cidade num centro de finanças, comércio e escoamento de produção de importância mundial. Ou seja, transformar Shanghai em um centro gerencial fundamental para a existência da globalização por si só.

Por essas razões, foi desenvolvido um Plano Diretor para diferentes áreas da cidade, de forma a acomodar e harmonizar seu crescimento. Espera-se que 20 milhões de metros quadrados de prédios, para fins comerciais e para moradias, sejam construídos todo ano (URBAN AGE, 2005). O Plano Diretor atual, que cobre o período de 1999 a 2020, baseia-se numa estrutura urbana multicêntrica, que conduzirá a uma reurbanização completa da cidade e de sua região, possibilitando que regiões como Kunshan e Pudong, ainda que distantes fisicamente, estejam plenamente integradas.

A articulação de interesses entre a cidade de Shanghai e o Estado chinês, possibilitado pela abertura da economia chinesa para a economia de mercado e para padrões de governança liberal, coloca a cidade de Shanghai como elemento central para as aspirações chinesas de maior protagonismo no cenário econômico da globalização. Ao mesmo tempo, proporciona o desenvolvimento extensivo da cidade de Shanghai, possibilitando melhor qualidade de vida para sua população.

A articulação entre os interesses e estratégias da cidade de Shanghai com o Estado chinês nos permite argumentar que Shanghai seria uma espécie de tipo ideal de *cidade-BRIC*. As três agendas que definem a categoria de *cidades-BRICS* – mobilidade social, atratividade de capital e

direito à cidade – se fazem presente de forma marcante na atual conjuntura do desenvolvimento de Shanghai.

Ao canalizar investimentos para melhoria da infraestrutura urbana de moradia, mobilidade, saneamento e conectividade, o governo chinês transformou Shanghai em um território extremamente atraente para investimentos, tanto domésticos como internacionais. Por essa razão, proporciona melhor qualidade de vida para sua população. A agenda da mobilidade social pode ser observada nas regiões de Kunshan e Pudong, a primeira um distrito cujo crescimento econômico se baseia na instalação de empresas de alta tecnologia, a segunda centro financeiro e de serviços. Em Kunshan e Pudong, mobilidade social é sinônimo de qualificação profissional. Já a agenda do direito a cidade faz-se presente no caráter multicêntrico do Plano Diretor 1999-2020. Ao construir um conjunto de infraestruturas que permita que a cidade seja constituída de vários centros interligados e integrados, de fácil mobilidade física tanto para pessoas quanto mercadorias e serviços, Shanghai se torna uma cidade facilmente acessada por seus habitantes.

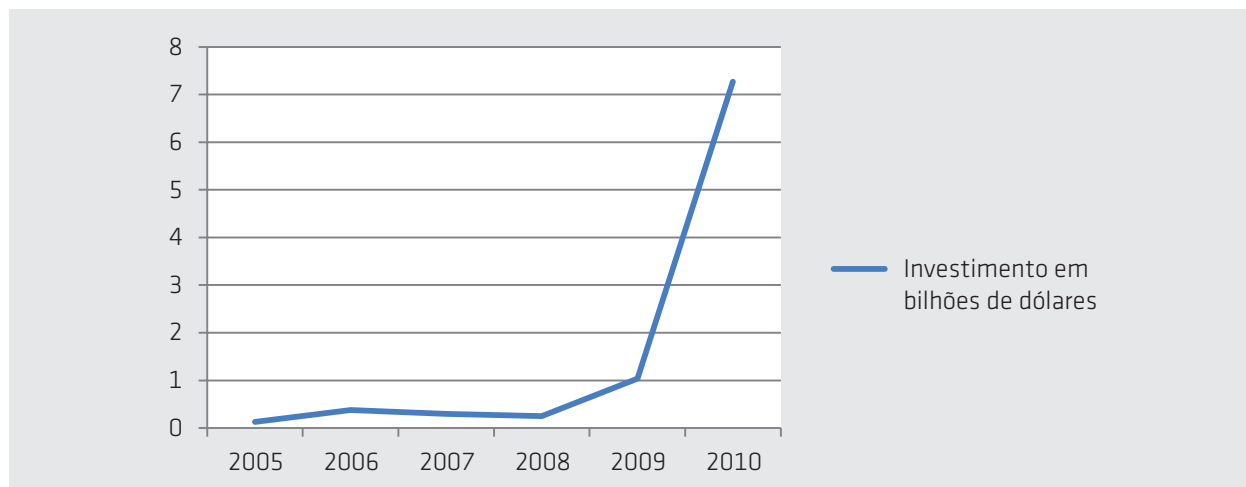
É por meio do fortalecimento, da melhoria e do desenvolvimento de cidades como Shanghai, com especial atenção para os distritos de Kunshan e de Pudong, que a China se reafirma como protagonista essencial no cenário global.

A maneira como a cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, vem se posicionando no cenário global nesse início de século é também sintomática de como a boa relação entre governos nacionais e municipais é essencial para a projeção de novos protagonismos na globalização. Devido a projetos de reordenamento urbano, que visam tornar visível a capacidade inovadora e empreendedora da cidade, e, dessa forma, torna-la mais atraente para investidores domésticos ou estrangeiros e fortalecer processos de mobilidade social, o Rio de Janeiro se concretiza como uma peça chave para o sucesso da aspiração brasileira de se projetar como um ator de maior relevância.

A cidade passa por um momento no qual espaços outrora ignorados pelo poder público constituem-se como destinos de projetos de intervenções urbanas que visam o aumento da segurança pública, a melhoria das infraestruturas de mobilidade e moradia e a formalização das atividades econômicas. Por esses meios, o município do Rio de Janeiro se estabelece como um epicentro do processo de mobilidade social e redução da pobreza em curso no Brasil, que serve de modelo e inspiração para outros países emergentes ao redor do mundo.

A estratégia nacional de promover grandes eventos, como maneira de atrair cada vez mais a atenção de investidores de todo o globo para o Brasil, atinge sua potência máxima no Rio de Janeiro. Da realização de concertos musicais com proporções gigantescas, passando por grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014, e por conferências oficiais das Nações Unidas, a cidade do Rio de Janeiro se firma como o grande destino brasileiro para investimentos estrangeiros diretos (figura 6) que possibilitam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de sua malha urbana e a projeção do Brasil como um protagonista global. Os megaeventos esportivos mundiais, que passaram a integrar a agenda do governo federal brasileiro, do estado e cidade do Rio de Janeiro, constituem-se em elementos catalisadores de oportunidades tanto para empresas quanto para investidores ao influenciar diretamente o desempenho econômico, político e social do país.

Figura 6 – Investimento na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Relatório Anual Rio Negócios

Ao analisar a forma como os países BRICS se relacionam com suas cidades e redes de cidades para projetarem-se na globalização, fica cada vez mais clara a importância fundamental que os territórios urbanos desempenham na realização da globalização. Mas, para além disso, fica bastante claro que os países BRICS só ascenderam como economias centrais para o cenário econômico global devido a forma como suas cidades se rearticularam para assimilar os fluxos de capital global que as atravessam. Para além de terem seus poderes e atribuições tradicionais trincados pela globalização, os BRICS souberam aproveitar da *nova escala hierárquica* da globalização (SASSEN, 2010) e tirar ganhos econômicos e políticos reais, perceptíveis nas taxas de crescimento econômico e mobilidade social demonstrada nos gráficos e tabelas acima.

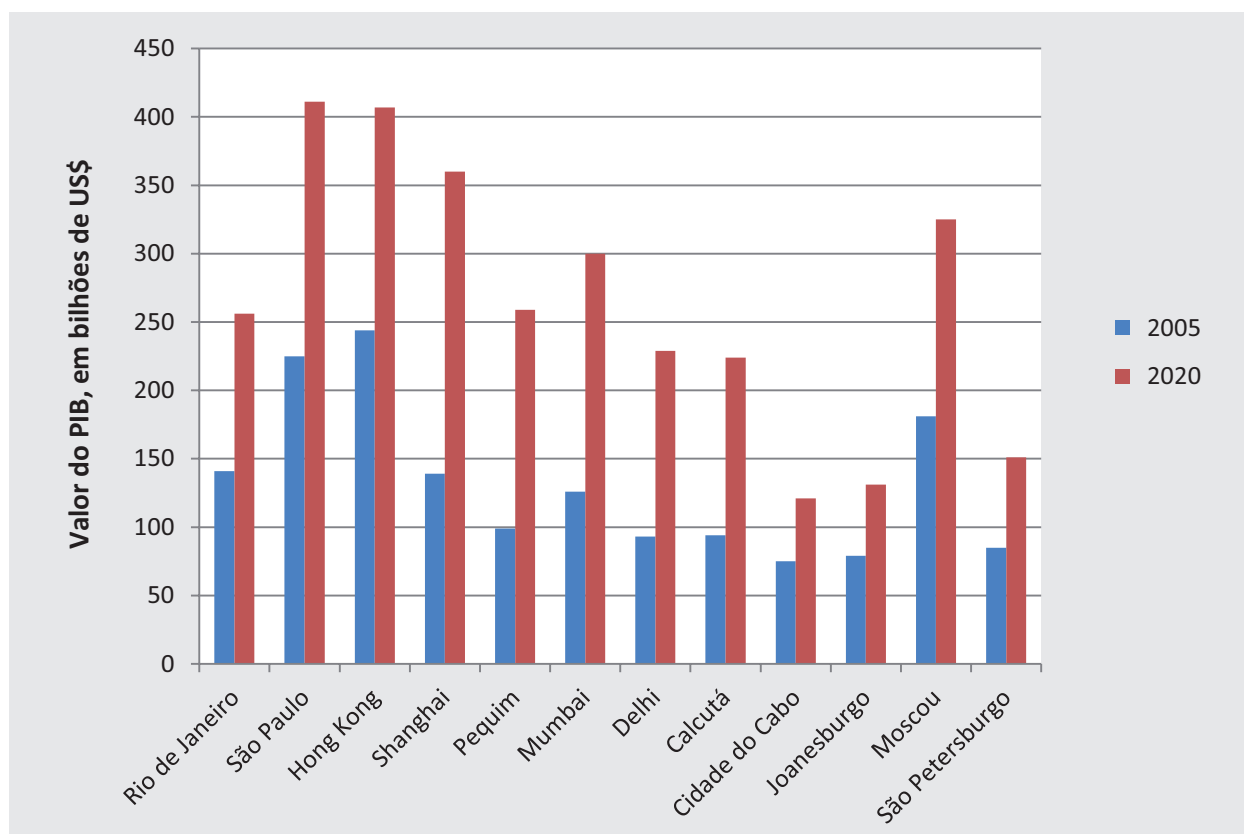
## 6. Considerações finais: as cidades-BRICS e a constituição dos BRICS como um bloco

Uma espécie de processo paradoxal colocou os BRICS no centro da cena global. Nascido como um acrônimo, deu vida a uma metáfora que serve para novos arranjos econômicos e políticos, gerando efeitos em cadeia e tornando viável a possibilidade de novas relações de força e de um novo *status quo* na globalização. No centro desse processo estão as *cidades-BRICS*, que sustentam as aspirações e necessidades de seus países ao se constituírem como polos de atração de investimentos e como arenas propícias para os diálogos e cooperação necessária para a construção dos BRICS como um bloco coeso.

A emergência das cidades como espaços concretos para a realização da globalização, que se soma às estratégias desenvolvimentistas nacionais, que valorizam ainda mais o papel das cidades na *nova geografia* (SASSEN, 2010), possibilita que as *cidades-BRICS* sejam valorizadas por outra razão de extrema importância para os BRICS. Além de se constituírem como plataforma para projeção nacional, as *cidades-BRICS* situam-se como arenas reais para a construção de um cenário de cooperação institucional capaz não só de transformar os BRICS em protagonistas da globalização, mas também concretizar o processo de constituição dos BRICS como um bloco.

O fato de serem as *idades-BRICS* as atuais grandes receptoras de capital de todo o globo, o que as permite sustentar altas taxas de crescimento econômico, como demonstra o (figura 7), as fortalece tanto política quanto economicamente. Assim, há um cenário propício para a geração de compromissos políticos e estratégias de desenvolvimento compartilhadas que permitem aos governos nacionais dos cinco países BRICS aprofundar suas relações.

Figura 7 – Crescimento do PIB das Cidades BRICS: 2005-2020



Fonte: City Mayors: [www.citymayors.com](http://www.citymayors.com)

Ainda que se constituam cada vez mais como espaços concretos e necessários para a realização da globalização, as *idades-BRICS* apresentam problemas estruturais que comprometem a qualidade de vida de boa parte de sua população. Por essa razão, há fortes demandas por investimentos e políticas públicas que diminuam a precarização das infraestruturas urbanas e possibilitem que mobilidade social não reflita somente o aumento de poder aquisitivo, mas também a melhoria das condições de vida cotidiana de um número cada vez maior da população. Nesse contexto, políticas de urbanização de favelas e periferias, projetos culturais e a necessidade de aumentar a oferta de trabalho e aperfeiçoar a infraestrutura urbana, entre outros fatores, oferecem condições reais de articulação e cooperação institucional centrado nas potencialidades e necessidades urbanas.

Iniciativas como essa constroem cenários de cooperação internacional a partir de objetivos comuns de qualificação extensiva de mão-de-obra, de geração de postos de trabalho nos territórios urbanos e de inovações tecnológicas que permitam a melhoria das infraestruturas

de mobilidade, saneamento, moradia e conectividade nas cidades. Tais objetivos aproximam as capacidades, potencialidades e experiências das três cidades estabelecendo, portanto, um cenário propício ao diálogo entre autoridades municipais que complementa e expande as instâncias de diálogo e debate entre autoridades nacionais.

Já existem iniciativas por parte dos governos dos BRICS que demonstram a importância que as *cidades-BRICS* desempenham na construção dos BRICS como um bloco. Nos dias 2-3 de dezembro de 2011, representantes dos cinco países BRICS se reuniram na cidade de Sanya, Província de Hainan, China, com o objetivo de estabelecer colaborações de nível local para promover o desenvolvimento comum e enfrentar os desafios da urbanização. O I Fórum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais dos BRICS representou a consolidação do compromisso estabelecido já na III Cúpula dos BRICS, realizada em abril de 2011, também em Sanya, e visa se estabelecer como um mecanismo de apoio às Reuniões de Líderes dos BRICS, realizando encontros anuais.

Iniciativas como o Fórum de Cidades Irmãs, deixa claro que a resolução das precariedades urbanas é terreno fértil para a construção de processos de aproximação entre os BRICS. No momento atual do longo processo de desenvolvimento dos BRICS, as cidades e redes de cidades convertem riscos em oportunidades, tanto pela sua capacidade de concentrar investimentos e, assim, gerar mais postos de trabalho e aquecer o mercado interno, quanto pela sua potencialidade de projetar internacionalmente os interesses nacionais e estabelecer arenas de cooperação e coesão entre os cinco países.

Por essa razão, concluímos esse texto argumentando que as *cidades-BRICS* apresentam-se como vetores de transformação dos protagonismos da globalização ao mesmo tempo em que abrem o caminho para que os BRICS exerçam protagonismo de forma coesa e articulada.

## Referências Bibliográficas

- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Global y Local: La gestion de las ciudades en la era informatica**. Madrid: Taurus, 2004.
- BUGLIARELLO, G. Megacities and the Developing World. **The Bridge**, Washington DC, v. 29, n. 4, p. 19-27, 1999.
- GILL, S. The Constitution of Global Capitalism. **The Global Site**, 2000. Disponível em: <<http://www.theglobalsite.ac.uk/press/010gill.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2011.
- GREGORY, D.; ET AL. **The Dictionary of Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- HALL, P. **The World Cities**. 3rd edition. ed. New York: St. Martin's Press, 1984.
- HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Baltimore: Johns hopkins University Press, 1973.
- HARVEY, D. **Spaces of Neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development**. Heidelberg: Franz Steiner Verlag, 2004.
- HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. p. 127 - 162.
- HARVEY, D. Do Administrativo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. 2ª edição. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LEFEBVRE, H. **La Révolution Urbaine**. Paris: Ed. Anthropos, 1970.
- LEFEBVRE, H. **The Survival of Capitalism**. London: Allison and Busby, 1976.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- RAMAMURTI, R.; SINGH, J. V. **Emerging Multinationals in Emerging Markets**. Cambridge: Cambridge, 2009.
- SASSEN, S. **The Global City**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- SASSEN, S. The Many Scales of the Global: implications for theory and for politics. In: KRISHNASWAMY, R.; HAWLEY, J. C. **The postcolonial and the global**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SCHOLTE, J. A. What is globalization? The definitional issue – again. **CSGR Working Paper Series**, december 2002. 1-34.
- SCHOLTE, J. A. The Sources of Neoliberal Globalisation. **UNRISD Overarching Concerns**, Geneva, October 2005. 1-38.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- UN HABITAT. **State of World's Cities 2008/2009**. UN Habitat. London. 2008.
- URBAN AGE. **Shanghai: the fastest city?** Urban Age. London. 2005.
- VAN DER PLOEG, F.; POELHEKKE, S. Globalization the Rise of Megacities in Developing World. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, 2008.